Consultoria

54) PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. CÁLCULO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA REGIDO PELOS ARTIGOS 3º E 6º DA EC Nº 41/2003 E 3º DA EC Nº 47/2005. LIMITE MÁXIMO. Dúvida quanto à compatibilidade dos artigos 48-A da Lei Complementar Estadual nº 1.080/2008 e 31 da Lei Complementar Estadual nº 1.193/2013, que fixam parâmetros específicos para a definição dos proventos de aposentadorias a que fazem *jus* servidores do Quadro da Secretaria da Saúde e Médicos, com o artigo 40, § 2º, da Constituição Federal, que estabelece o limite máximo para o cálculo dos proventos de aposentadoria. A “remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria”, no âmbito das aposentadorias calculadas pela regra da “integralidade”, corresponde ao montante que, de acordo com o legislador de cada ente federado, é hábil a garantir a manutenção do padrão remuneratório proporcionado ao servidor na época do aposentamento. Constitucionalidade das normas que estabelecem, para carreiras em que podem ocorrer relevantes flutuações remunera-

tórias em decorrência de alterações de jornada de trabalho, fórmulas de cálculos específicas, baseadas na proporcionalidade em relação às jornadas/remunerações percebidas pelo servidor ao longo de determinado intervalo de tempo, para a definição dos proventos. Precedentes: Pareceres PA nº 192/2007, 22/2012, 80/2014, 128/2014, 12/2016 e 47/2016. (Parecer PA nº 19/2017 – Aprovado pelo Procurador Geral do Estado em 23/05/2017)

55) PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. Exame da juridicidade das Portarias nº 17 e 19/2003, do Diretor-Presidente da SP-PREVCOM, à luz do artigo 40, §§ 14 e 15 da Constituição Federal e da Lei nº 14.653/2011. **AGENTES FISCAIS DE RENDAS. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS – PR.** A participação nos resultados integra a base de cálculo da contribuição devida à SP-PREVCOM na medida em que, por força dos artigos 37 e 38 da LCE nº 1.059/2008, constitui parcela remuneratória incorporável aos proventos. Contrapartida do patrocinador que não alcançará eventual valor que exceder o limite previsto no artigo 37, XI, da Constituição Federal. Imperiosa retificação da Portaria do Diretor-Presidente da SP-PREVCOM

nº 17/2013, quanto ao ponto. EMPREGADOS PÚBLICOS ESTADUAIS. Cálculo do valor das contribuições previdenciárias eventualmente devidas à SP-PREVCOM há de levar em conta a remuneração decorrente de cada vínculo empregatício. Inteligência do artigo 29, § 1º, da Lei Estadual nº 14.653/2011. Vedação posta no artigo 6º, § 3º, da Lei Complementar com contrapartida do patrocinador em hipótese não contemplada na lei. Constatada a higidez da Portaria do Diretor-Presidente da SP-PREVCOM nº 19/2013. Precedentes: Pareceres PA nº 30/2012, 07/2013, 31/2013, 61/2013, 67/2013 e 75/2016. (Parecer PA nº 32/2017 – Aprovado pelo Procurador Geral do Estado em 05 de julho de 2017)

556) CONSTITUCIONALIDADE. LEI ESTADUAL Nº 15.831, DE 15 DE JUNHO DE 2015, QUE AUTORIZOU O PODER EXECUTIVO A DISCIPLINAR, NOS CONTRATOS DE CONCESSÃO, A IDADE MÉDIA DA FROTA DE VEÍCULOS UTILIZADA NO TRANSPORTE URBANO. Projeto de lei de iniciativa parlamentar, vetado pelo Governador do Estado. Promulgação pelo Presidente da Assembleia Legislativa, em razão de rejeição do veto total oposto pelo Governador. Violação do artigo 2º c/c artigo 84, incisos II a IV, da Constituição Federal. Viabi-

lidade de interposição de Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o STF. Precedentes: Pareceres PA nº 37/2004, 111/2006, este na forma da manifestação da Chefia desta Especializada, e 63/2015. (Parecer PA nº 62/2016 – Aprovado pelo Procurador Geral do Estado em 10/07/2017)

57) PREVIDÊNCIA SOCIAL. Homologação da Certidão de Tempo de Contribuição (CTC). Artigo 201, § 9º, da Constituição Federal. Lei Federal nº 8.213/1991, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.048/1999. Contagem recíproca e compensação financeira. Mecanismos que estão inteiramente alicerçados nas certidões de tempo emitidas pelos regimes de origem. Lei Federal nº 9.796/1999, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.112/1999. Há dever legal de compensação das CTCs homologadas pelo órgão gestor do regime próprio. Precedente: PA 103/2011. Só se admite a contagem recíproca para fins de concessão de aposentadoria e pensão dela decorrente, inexistindo previsão legal para a emissão de CTC para a concessão de pensão por morte. Artigo 456 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 77, de 21 de janeiro de 2015, e artigo 4º da Portaria MPS nº 154, de 15 de maio de 2008. A certidão requerida para fins de pensão por morte deverá ser expedida no modelo praticado pela Administração, sem homologação do órgão

gestor do regime próprio, em atendimento ao direito consagrado no art. 5º, XXXIV, “b”, da Constituição Federal. Precedente: PA 124/2011. (Parecer PA nº 36/2017 – O Procurador Geral do Estado, em 10/07/2017, deixou de aprovar o Parecer PA nº 36/2017, nos termos do Despacho da Chefia da Procuradoria Administrativa)

58) PROCURADORIA GERAL DO ESTADO. CONSELHO. Inteligência do artigo 15, XVIII, da Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado – Lei Complementar Estadual nº 1.270, de 25 de agosto de 2015. Proposta. Ato de agente público praticado no exercício de certas competências não decisórias. Requerimento de entidade de classe que não se confunde com proposta na acepção técnico-jurídica do termo. Exercício do direito de petição assegurado pelo artigo 5º, XXXIV, “a”, da Constituição da República. Competência do Presidente do Conselho para despachar e decidir a respeito de quaisquer papéis. Distribuição para oportuna deliberação apenas “conforme o caso”. Artigo 5º, VI e VII, do Regimento Interno do Conselho. Ausência de requisito procedimental para deliberação. Legalidade da decisão de arquivamento do requerimento. (Parecer PA nº 41/2017 – Aprovado pelo Procurador Geral do Estado em 14/07/2017)

59) SERVIÇO PÚBLICO. CONCESSÃO. RODOVIAS ESTADUAIS. Conservação de rodovias estaduais. Lei municipal que dispõe sobre a cobrança de despesas médicas e hospitalares das concessionárias de estradas e rodovias em razão de atendimento a pessoas para estabelecimentos de saúde do município de São Bernardo do Campo. Inconstitucionalidade. Titularidade do Estado do serviço público relativo à operação, conservação e ampliação de rodovias que integram o domínio público estadual. Arts. 21, XII, alínea “e” c/c art.25, *caput* e §1º, CF, art. 30, I CF, art. 175 CF, arts. 1º e 144 da CE. Incompetência do Município e impossibilidade de interferência em relação jurídico-contratual estabelecida entre o Estado e a Concessionária. Precedente: Parecer PA nº 38/2011. Competência da União para editar as normas gerais relacionadas à proteção e à defesa da saúde. Art. 24, XII e §§ 1º a 4º, CF. Incompatibilidade da lei municipal com as normas federais que regem o sistema de saúde. (Parecer PA nº 31/2017 - Aprovado pelo Procurador Geral do Estado em 14 de julho de 2017)

60) FINANÇAS PÚBLICAS. DESPESA PÚBLICA. REGIME DE ADIANTAMENTO. LIMITE. A disciplina relacionada ao regime de adiantamento é matéria inserida no âmbito do direito financeiro, cujas

normas são editadas pela União, Estados e Municípios, no exercício de competência legislativa concorrente (art. 24, I CF). As normas estaduais autorizam que o valor total de despesas efetuadas por meio do Cartão de Pagamento de Despesas, as quais se sujeitam ao regime de adiantamento, observem o limite de dispensa de licitação previsto no inciso II, do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, correspondente a R\$ 8.000,00 (oito mil reais). **CONTRATO ADMINISTRATIVO.** Competência privativa da União para editar normas gerais sobre licitação e contratação (art. 22, XXVII CF). Normas Gerais e a Lei nº 8.666/93. Precedentes: Parecer PA-3 nº 328/93 (consideradas as observações do Grupo do Trabalho e manifestação das instâncias superiores da PGE); Pareceres PA-3 nºs 113/94 e 179/98; e PA nº 182/2010. Nulidade de contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, limitadas a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), feitas em regime de adiantamento (art. 60, parágrafo único da Lei n. 8.666/93). Norma relativa a contratos administrativos, que se aplica ao Estado de São Paulo. Os gastos relativos a compras e serviços, efetivados a partir dos recursos financeiros de adiantamento, não poderão, individualmente, superar o limite de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais); tendo em vista a restrição veiculada pelo parágrafo único do ar-

tigo 60 da Lei n. 8.666/93. (Parecer PA nº 49/2016 – Com fundamento no despacho da Subprocuradora Geral do Estado da Consultoria Geral, o Procurador Geral do Estado Adjunto, em 21/07/2017, deixou de aprovar o Parecer PA nº 49/2016, mantendo-se a aplicação do artigo 11 do Decreto estadual nº 53.980/2009)

61) SERVIDOR TRABALHISTA. Sociedade de Economia Mista. Movimentação interna de empregados. Possibilidade de designação de empregado do quadro permanente para emprego em comissão na mesma empresa, mediante a suspensão do contrato de trabalho relativo ao vínculo permanente. Precedentes envolvendo a suspensão do contrato de trabalho a servidores celetistas afastados de seus postos: PA-3 nº 139/1996, PA-3 nº 19/1999, PA-3 nº 239/1999, PA nº 7/2006, PA nº 232/2007. Viabilidade de se instituir, por meio de norma interna, a gratificação de função ou a conversão de emprego em comissão em função de confiança quando ocupada por empregado do quadro permanente, desde que autorizada pela Comissão de Política Salarial. (Parecer PA nº 45/2017 – Aprovado pelo Procurador Geral do Estado Adjunto respondendo pelo expediente da PGE em 21/07/2017)

62) SERVIDOR PÚBLICO. DIREITOS E VANTAGENS. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. SERVIDOR

ESTADUAL REQUISITADO PELA JUSTIÇA ELEITORAL. O artigo 9º da Lei Federal nº 6.999/1982, segundo o qual “o servidor requisitado para o serviço eleitoral conservará os direitos e vantagens inerentes ao exercício de seu cargo ou emprego”, deve ser interpretado à luz do princípio federativo, reconhecendo-se a prevalência da legislação estadual relativa ao regime jurídico dos servidores públicos paulistas. Precedentes: Pareceres PA-3 nº 364/1987, nº 469/1988, nº 342/1992, nº 191/1993, nº 371/1994, nº 49/1999 e nº 218/1999; PA nº 459/2004; PA nº 27/2015 e nº 48/2016. A Lei Estadual nº 7.524/1991, que instituiu o auxílio-alimentação como benefício devido em função dos dias efetivamente trabalhados, obsta sua incidência sobre os servidores afastados para prestar serviços obrigatórios por lei (artigo 4º, III) e para prestar serviços junto a órgãos ou entidades da União (artigo 4º, IV). Precedentes: Pareceres PA-3 nº 218/1999 e PA nº 48/2016. (Parecer PA nº 35/2017 – Aprovado pelo Procurador Geral do Estado em 29/07/2017)

63) PREVIDÊNCIA SOCIAL. REGIME PRÓPRIO. APOSENTADORIA. REGRAS DE TRANSIÇÃO. EXPECTATIVAS DE DIREITO. Inteligência dos artigos 6º e 6º-A da EC nº 41/2003 e artigo 3º da EC nº 47/2005. Normas que limitam o uni-

verso de servidores que poderão ser por elas beneficiados àqueles que tenham “ingressado no serviço público” até a data da publicação da EC nº 41/2003 e da EC nº 20/1998, respectivamente. Dúvida quanto ao sentido do termo “serviço público”, contido no caput de tais dispositivos. Exegese sistemática e teleológica das normas, a determinar que apenas o exercício ininterrupto de serviço público com vínculo ao RPPS, desde momento anterior às datas indicadas, autoriza o enquadramento do servidor nas aludidas regras transitórias. Ainda que a interrupção do vínculo com o RPPS ocorra sem que o servidor deixe de exercer serviço público, ao suprimir a expectativa de direito quanto à obtenção de aposentadoria nos termos anteriores ao advento da respectiva emenda, obsta o enquadramento do servidor na norma de transição. Precedentes: Pareceres PA nº 44/2012, 52/2013 e 50/2014. (Parecer PA nº 46/2017 – Aprovado pelo Procurador Geral do Estado em 14/08/2017)

64) SERVIDOR PÚBLICO. AFASTAMENTO. Agente de Segurança Penitenciária e Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária. Art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 959, de 13 de setembro de 2004, e art. 16 da Lei Complementar Estadual nº 898, de 13 de julho de 2001. Tratam os dispositivos de afastamento do servidor para exercer as funções

de seu cargo, hipótese diversa do afastamento do servidor para exercício de funções alheias ao cargo em que investido. Precedente: PA nº 258/2004. Afastamentos fundados nos artigos 65 e 66 do Estatuto paulista têm caráter discricionário, cabendo à autoridade competente

autorizá-los desde que haja interesse da Administração. Art. 2º do Decreto Estadual nº 7.332, de 22 de dezembro de 1975. Precedente: PA-3 nº 233/1999. (Parecer PA nº 48/2017 – Aprovado pela Subprocuradora Geral do Estado da Consultoria Geral em 29/08/2017)